

HABEAS CORPUS Nº 542.490 - MG (2019/0323253-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
MAURICIO ROCHA FONTOURA - BA015966
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WELLINGTON DE PAULA SOUZA COELHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WELLINGTON DE PAULA SOUZA COELHO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Agravo em Execução n. 1.0720.15.006803-2/001.

Irresigna-se a defesa contra acórdão que determinou a regressão ao regime fechado antes da condenação definitiva do paciente pela prática de novos delitos.

Requer a concessão da ordem para que seja cassado o acórdão estadual com a decretação da impossibilidade do reconhecimento da falta grave antes da condenação definitiva, bem como a suspensão dos efeitos dela decorrentes.

Liminar indeferida, às e-STJ fls. 80-81.

Informações prestadas, às e-STJ fls. 87-138 e 142-147.

O Ministério Público Federal instado a se manifestar (e-STJ fl. 162-164), opinou pelo não conhecimento do *writ* ou por sua denegação.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação de via eleita para a insurgência da impetrante contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do artigo 105, inciso III, da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

O alegado constrangimento ilegal, entretanto, será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Busca o impetrante o reconhecimento da necessidade do trânsito em julgado da condenação por novo delito, para caracterização da falta grave cometida pelo paciente.

Consta dos autos que (e-STJ fl. 88) em audiência de justificação, foi procedida à oitiva do sentenciado, tendo declarado que não foi responsável pela prática delitiva a ele imputada. No entanto, informou que foi até a cidade de Viçosa/MG, sem a devida autorização do juízo de execução. Diante de tais fatos e dos elementos de convicção contidos nos autos, aquele juízo entendeu por reconhecer as duas faltas graves cometidas pelo paciente. Isso porque **o apenado confessou que foi até a cidade de Viçosa, sem prévia autorização** e, não obstante, **a Polícia Militar juntou aos autos ocorrência policial** realizada na mencionada cidade, a qual aponta que, em 12 de abril de 2018, o reeducando **foi preso em flagrante** delito por incorrer em **delitos de desobediência e**

falsa identidade.

Acerca da regressão do regime, a Corte de origem assim se manifestou (e-STJ fls. 71-74):

Alega a defesa que a prática de novo crime durante a execução só pode ser reconhecida como falta grave após condenação definitiva deste novo delito.

Entretanto, não há como acolher o pleito defensivo.

Isso porque, segundo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, basta que o reeducando incorra em fato definido como crime doloso para que seja submetido ao que dispõe o art. 118, inciso I, da Lei nº. 7.210/84, sendo desnecessário que tal prática tenha sido apurada em processo crime e alcançada pela coisa julgada.

A respeito disso, colaciono o seguinte julgado da egrégia Corte Suprema: [...]

É cediço que a prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave, nos termos do art. 52, caput, da Lei 7210/84 (Lei de Execução Penal).

Portanto, entendo que houve comprovação suficiente de que o reeducando praticou falta grave, mesmo inexistindo certeza absoluta acerca da autoria do crime ocorrido, de forma que deve ser mantido o reconhecimento da indisciplina.

Por fim, no que se refere à regressão por salto, o juízo da execução justificou a necessidade da regressão direta para o fechado "em razão dos fatos apurados nas linhas volvidas através do conteúdo do auto de prisão em flagrante delito do sentenciado". Estes, de fato, são graves, já que o reeducando supostamente efetuou disparos de arma de fogo na tentativa de acertar outro indivíduo, (f. 11v-TJ)

Segundo dispõe o art. 118 da Lei de Execução Penal, a execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à regressiva, sendo possível a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos.[...]

Destarte, tenho que a decisão que reconheceu a prática de falta grave e determinou a regressão do regime aberto diretamente para o fechado encontra-se suficientemente fundamentada, não merecendo qualquer reforma.

Com essas considerações, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO e mantenho na íntegra a decisão fustigada.

Nesse contexto, verifica-se que o entendimento do Tribunal de origem alinha-se à orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, firmada no sentido da

prescindibilidade do trânsito em julgado da sentença condenatória para o reconhecimento da prática de falta disciplinar de natureza grave, em razão da prática de crime doloso no curso da execução. A propósito, confira-se o teor da Súmula n. 526/STJ:

O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.

Seguindo essa linha de entendimento:

PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. FALTA GRAVE. NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENÇÃO. PRESCINDIBILIDADE. SÚMULA 526/STJ. REGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. MEDIDA PROPORCIONAL ANTE A GRAVIDADE DA FALTA. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE, SALVO PARA FINS DE LIVRAMENTO CONDICIONAL E INDULTO OU COMUTAÇÃO DE PENA. POSSIBILIDADE. PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. NATUREZA DA CONDUTA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja recomendável a concessão da ordem de ofício.

II - De acordo com art. 52 da Lei de Execução Penal, constitui falta grave a prática de fato definido como crime doloso no curso da execução. Segundo dispõe o enunciado da Súmula n. 526 desta Corte Superior, "O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato."

III - Nos termos do art. 118, I, da Lei de Execução Penal, a prática de falta grave autoriza a regressão de regime prisional.

IV - A prática de falta grave importa na alteração da data-base do prazo para a concessão de benefícios executórios, salvo para fins de livramento condicional (Súmula 441/STJ), comutação de pena ou indulto (Súmula 535/STJ). Precedentes.

V - O cometimento de falta grave no curso da execução penal autoriza a determinação de perda de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP). In casu, a incidência da fração máxima

encontra-se devidamente motivada em elementos concretos, notadamente na espécie de falta grave praticada (novo delito durante gozo de saída temporária), mostrando-se idônea a fundamentação apresentada.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 419.423/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 01/02/2018)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. DESCLASSIFICAÇÃO DAS CONDUTAS. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. DESOBEDIÊNCIA DE ORDEM DE AGENTE PENITENCIÁRIO. DEIXAR DE RECARREGAR TORNOZELEIRA ELETRÔNICA. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. PRÁTICA DE CRIME DOLOSO. FALTA GRAVE. PRESCINDIBILIDADE DE CONDENAÇÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO. SÚMULA N. 526 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. REGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. PERDA DE 1/6 DOS DIAS REMIDOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. É incabível a discussão acerca da desclassificação da infração disciplinar grave, porquanto tal tarefa demandaria o reexame de todo o acervo fático-probatório, o que é inadmissível na via estreita do habeas corpus. Ademais, vale registrar que se consolidou neste Tribunal Superior de Justiça "entendimento no sentido de que a desobediência aos agentes penitenciários constitui-se em falta grave, a teor do art. 50, VI, c/c o art. 39, II e V, ambos da Lei de Execuções Penais" (HC n. 377.551/SP, QUINTA TURMA, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 28/3/2017).

3. Nos termos do enunciado da Súmula n. 526, "o reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.

4. O cometimento de falta grave pelo apenado (a) importa na alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena; (b) autoriza a regressão de regime e (c) a revogação de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP).

5. A perda de 1/6 dos dias remidos encontra-se devidamente

Superior Tribunal de Justiça

fundamentada na natureza e nas circunstâncias da infração cometida pelo ora paciente, em consonância com o art. 127 c/c o art. 57 da Lei de Execução Penal - LEP.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 414.299/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 20/06/2018)

Portanto, não se verifica constrangimento legal a ser sanado.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, XX, do RISTJ, **não se conhece** da impetração.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator